

## SESSÃO DE ABERTURA



**Manuel Pina**

**Director do Centro de Formação das Escolas do Concelho de Ílhavo**

No limiar deste Congresso, não posso deixar de sublinhar o que, provavelmente, se tornou uma evidência para todo nós: vivemos um momento crítico, um daqueles momentos feitos de incertezas sem fim em que o futuro parece que está nas nossas mãos.

Para além do seu peso simbólico e cultural, o ano de 1999 corresponde, para todos nós, aos primeiros vinte cinco anos de democracia e, no plano da educação, a treze anos de vigência da Lei de Bases do Sistema Educativo. No plano da formação contínua, encontramos-nos no fim do II Quadro Comunitário de Apoio e perante as incógnitas que rodeiam a Agenda 2000 e o III QCA.

Neste sentido, propor-vos-ia que encarassem este Congresso com um duplo olhar: um olhar para o passado e um olhar para o futuro.

Quando vos apelo a olhar para trás, tenho em mente a necessidade de construirmos uma memória, sem a qual nasceram, como saídos do nada, todos os centros de formação. E, como todos sabemos, erigir uma memória é encontrar uma identidade.

Ao longo destes últimos anos, inventámos projectos, arriscámos percursos, deslindámos óbices mil, cometemos erros, descobrimos alegrias, alimentámos utopias, partilhámos experiências, lidámos com frustrações – e tudo isto e muito mais, que constitui o passado que criámos, está parcialmente corporizado na Mostra de Materiais Pedagógicos.

Todos sabemos que cada um dos objectos que aqui trouxemos, para além da sua superfície que nos encanta, é também portador de mil vozes, outras tantas ideias, alguns sonhos – que é, como sabem, a própria matéria da vida.

E, neste olhar retrospectivo, julgo que também é justo afirmar que, apesar de todas as adversidades, os CFAE ganharam, inequivocamente, a aposta da regularidade, do rigor e, sobretudo, da credibilidade.

No entanto, novos desafios e interrogações despontam, desde já e urgentemente, no nosso futuro mais imediato. Por isso, apelar-vos-ia a olhar para os tempos que vêm, de forma a que, fechado o ciclo da consolidação, possamos encetar a busca da qualidade e da diversidade perante as problemáticas que estão a emergir.

Os centros de formação, antes de mais, vão ter que saber abrir as portas a outros públicos para além dos professores, os quais, sem qualquer demagogia, constituem elementos fulcrais na construção dos projectos educativos das escolas. Além disso, sem se criar um novo mito, é preciso construir as condições para a chamada “formação centrada na escola”, mas, para que isso aconteça, temos que tornar as escolas espaços de formação ou, para utilizar uma expressão mais na moda, em “organizações que aprendem”. Finalmente, destacaria o facto vivermos num mundo cada vez mais globalizado, no qual o domínio de determinadas ferramentas e linguagens é parte integrante da literacia do futuro – e sabemos que, no entanto, uma parte significativa do nosso corpo docente padece de uma manifesta “iliteracia digital”: como alguém já disse, são “professores analógicos”.

Esperando não ter abusado da vossa paciência, eram estas pequenas sementes que queria lançar neste acto simbólico de abertura, ligando o nosso caminho passado ao nosso futuro comum. E se, como se diz, o futuro está aberto, saibamos, então, ao longo deste Congresso, encetar a sua construção.



**Guilherme de Oliveira Martins**  
**Secretário de Estado da Administração Educativa**

*Senhor Governador Civil de Aveiro, Senhor Vereador da Câmara Municipal de Aveiro, Senhor Director Regional de Educação do Centro, Senhores Organizadores do II Congresso dos Centros de Formação de Associações de Escolas, Senhoras e Senhores Professores, meus Senhores e minhas Senhoras:*

Antes de mais, devo salientar a importância da realização deste II Congresso Nacional dos Centros de Formação de Associações de Escolas. Temos, assim, a oportunidade de reflectir, num momento especialmente oportuno, como foi salientado, sobre o caminho percorrido e a percorrer, sobre as perspectivas de futuro para os Centros de Formação de Associações de Escolas e para a formação dos professores, sendo que temos de partir da ideia, antes de tudo, de que a escola deve ensinar e aprender.

Quando as nossas crianças e os nossos jovens aprendem cada vez mais fora da escola, é indispensável que a escola ensine cada vez melhor. E, para que ensine cada vez melhor, tem que compreender, temos todos que compreender as profundas mudanças que ocorrem nos mundos da ciência, da tecnologia, dos saberes, uma vez que a sociedade em que nos encontramos está animada de uma dinâmica extraordinariamente intensa e rápida, a que a escola tem que estar atenta e desperta.

A Formação Contínua de Professores é, por isso, fundamental, porque os conhecimentos científicos carecem de uma actualização permanente, porque a prática pedagógica deve integrar e aproveitar todas as potencialidades, designadamente as novas tecnologias de acesso ao conhecimento e à informação, e porque a democratização do ensino exige estratégias de diferenciação pedagógica que tornem central a relação pedagógica complexa entre quem educa e quem aprende.

Por outro lado, a sociedade em que vivemos, no curto e no médio prazo, terá que ser cada vez mais uma sociedade educativa, uma sociedade de aprendizagem. É neste sentido que se fala cada vez mais no ensino e na aprendizagem ao longo de toda a vida e, naturalmente, não compreenderíamos a importância do desafio que representa a educação ao longo de toda a vida, se não integrássemos na escola, a actividade docente nessa realidade. A actividade docente é a primeira à qual se exige uma aprendizagem sem descanso, ao longo da vida.

Em segundo lugar, e ao referir a importância da Formação Contínua de Professores, é indispensável salientarmos que o que está em causa, o que deve estar verdadeiramente em causa, não são as acumulações de créditos mas as necessidades educativas. Neste sentido, temos de nos aproximar de um sistema estável, baseado em planos individuais de formação que respondam às necessidades dos projectos educativos e às exigências dos projectos de escola. Trata-se, no fundo, de garantir o desenvolvimento pessoal e profissional dos docentes, dos educadores, de modo a que a escola como realidade viva, como centro da vida educativa, se afirme também como núcleo de qualidade, de exigência e, simultaneamente, de abertura – abertura à mudança, à inovação.

Neste contexto, o sistema de Formação Contínua tem que se articular de uma forma muito nítida com a formação inicial e com a formação especializada, uma vez que, tendo a Formação Contínua uma vocação claramente definida, não pode deixar de ser concebida, desenvolvida e consolidada, tomando em linha de conta, antes de mais, aquilo que ocorre ou que deve ocorrer em

ambas. A partir da valiosa experiência dos Centros de Formação de Associações de Escolas, é necessário garantir uma cooperação mais efectiva, designadamente com as Instituições de Ensino Superior, de modo a que haja uma verdadeira complementaridade, tornando mais rica a Formação Contínua que, pela sua natureza, é plural e diversa, que exige uma multiplicidade de iniciativas e ofertas de formação, mas que coloca no centro de todo o processo as escolas e as necessidades educativas dos projectos que lhes estão subjacentes.

É neste sentido que os Centros de Formação de Associações de Escolas são essenciais nos sistemas de formação, porque se inserem e resultam da realidade concreta das escolas e porque são organizados pelos próprios docentes, dependendo, no fundo, do seu dinamismo e de uma lógica de compreensão integrada daquilo que são as necessidades educativas.

Devo realçar perante vós, que sois os protagonistas desta missão, que não podemos deixar de reconhecer a estes Centros um papel pioneiro e insubstituível – pioneiro pela mobilização e empenhamento dos docentes no respectivo processo de projecto educativo, pioneiro porque desenvolve factores de inserção e factores de articulação estreita entre as diversas dimensões do processo educativo, pondo, designadamente, a tónica no primado dos critérios pedagógicos e na necessidade de melhorar o trabalho na sala de aula e o trabalho na relação entre docentes e alunos.

Temos de reconhecer que, com a sua acção, tem sido possível consolidar o sistema de Formação Contínua, apontar pistas e orientações no sentido de garantir uma resposta mais adequada às necessidades globais das escolas e dos sistemas.

Há também que referir o trabalho empenhado da Administração. Nos últimos anos assistiu-se a um reforço das condições dos Centros de Formação que passou pela clarificação do estatuto da direcção – com a criação de novas figuras de assessoria e consultadoria – e pelo reconhecimento de novas modalidades de formação, como os círculos de estudos ou as oficinas pedagógicas, valorizando, assim, a inserção dos Centros na realidade escolar e incentivando o trabalho de equipa dos docentes.

Por outro lado, o FOCO - Programa de Formação Contínua, da responsabilidade nacional da Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ernestina Sá, apesar das dificuldades conhecidas, tem procurado, de uma forma sólida e gradual, superar os diferentes entraves e, numa perspectiva dinâmica de futuro, ir lançando os alicerces daquilo que se pretende dever ser um esteio fundamental da vida educativa – um sistema permanente de formação contínua, baseado e assente na criatividade e na inovação dos Centros de Formação de Associações de Escolas.

Naturalmente que haverá sempre uma questão que é suscitada por cada um de vós – e depois dos quadros comunitários de apoio? E depois do financiamento comunitário? E depois do Programa de Desenvolvimento da Educação de Portugal (PRODEP)? Esta é uma questão que deve ser esclarecida e deixada perfeitamente clara.

O sistema de Formação Contínua não pode deixar de constituir uma peça chave no sistema educativo. Nesse sentido, não pode haver uma dependência exclusiva do financiamento no âmbito do quadro comunitário. Cabe ao Estado, cabe ao serviço público de educação garantir a permanência de um sistema de Formação Contínua baseado na experiência, no capital acumulado dos Centros de Formação de Associações de Escolas, independentemente de entendermos que, no âmbito do 3.º Quadro Comunitário de Apoio e do 3.º PRODEP a componente de formação de professores é essencial. Não faria sentido que suscitássemos uma incerteza relativamente à experiência adquirida dos Centros de Formação de Associações de Escolas apenas pela lógica da mera negociação de fundos comunitários.

É indispensável garantir que o sistema de formação constitua um factor de incentivo e apoio à melhoria das aprendizagens na escola, constantemente confrontada a necessidade de ultrapassar barreiras em relação aos níveis de formação, aos níveis de qualificação, à aprendizagem, à mudança, à inovação, perante os desafios fundamentais que se nos colocam.

A experiência das associações de escolas certamente que ajudará na evolução para uma rede educativa inserida na própria comunidade, adequada ao meio e que conduza também à melhoria da

organização das próprias escolas. O processo de autonomia em que hoje estamos empenhados apenas se poderá reforçar e consolidar recorrendo à experiência dos Centros de Formação, não só pela sua experiência mas, também, pela sua lógica de associação e de agrupamento.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, cuja existência ultrapassou já uma década, não está plenamente aplicada, no que diz respeito, por exemplo, à articulação entre os vários ciclos do ensino básico. Continua, ainda, a existir uma sucessão de três módulos com alguma descontinuidade, o que leva a que o objectivo para o qual a Lei apontava – nove anos de escolaridade com coerência, ligação e continuidade – continue também em avaliação. Muitas vezes me têm perguntado em que termos devem ser concebidos os agrupamentos de escolas, se existem “receitas” relativamente aos agrupamentos de escolas. E a minha resposta é – não há receitas!

Temos que compreender a própria dinâmica, temos que perceber aquilo que corresponde à própria vida dos projectos educativos. Mas uma coisa é certa, e sabem-no bem, continuaremos a encarar o 1º Ciclo como ciclo esquecido se não encararmos de frente a articulação das escolas desde o 1º Ciclo. Continuaremos a persistir numa lógica de isolamento relativamente à educação se não encararmos a lógica dos agrupamentos, a lógica dos territórios. Temos a experiência dos territórios educativos de intervenção prioritária que deve ser naturalmente reflectida, incentivada e consolidada para que, justamente, seja a aprendizagem, seja a ligação e o contacto entre os professores de diferentes ciclos que dê origem a resultados positivos no desenvolvimento daquilo que entendemos dever ser a qualificação dos projectos educativos e a qualificação e valorização das escolas.

A terminar a minha reflexão – que parte do reconhecimento do vosso trabalho, que é também de incentivo e de apoio, mas que não pode iludir aquilo que está em causa – queria dizer-vos que se propõem um desafio extremamente difícil e rigoroso, porque proporem-se ligar permanentemente a diversidade e a qualidade é proporem-se a um trabalho sem descanso. Há hoje um dilema no sistema educativo entre a qualidade necessária e a necessidade de garantir educação a todos. Sabem bem que estes termos, qualidade, exigência, melhoria das aprendizagens e educação para todos, têm de ter uma resposta de articulação permanente dos diferentes aspectos que estão em causa. Não é possível dizermos – só educação para todos ou só qualidade, exigência e melhorias das aprendizagens. A educação para todos exige melhoria das aprendizagens, exige mais qualidade, exige diferenciação. Não é, pois, de trabalho fácil que falamos, mas sim de trabalho exigente e de uma atenção desperta em relação àquilo que é uma sociedade de complexidades e uma certeza – nada na sociedade em que nos encontramos pode ser explicável apenas com uma linha de argumentação, apenas com uma lógica estreita e sublime. Tudo aquilo que ocorre na sociedade e tudo aquilo que nas escolas se sente e se afirma exige que se perceba a diversidade e a complexidade e que se encare cada professor, cada educador, cada aluno, como uma pessoa diferente.

Todos sabemos que não há receitas, os grandes mestres ensinaram-nos isso, mas é indispensável que percebamos hoje que o maior incentivo que tem que ser dado a partir da formação, da Formação Contínua, tem que ser para que as aprendizagens sejam cada vez melhores. E só há uma possibilidade de garantir esse incentivo – é através de um sistema justo, equitativo, aberto e rigoroso de Formação Contínua, a partir das escolas, a partir dos Centros de Formação, que deverão, pois, reflectir, não com o horizonte limitado de um qualquer termo ligado a um financiamento comunitário, mas com um futuro amplo, uma vez que a vossa experiência é uma experiência para continuar, uma experiência a incentivar. Não haverá melhoria na educação, não haverá melhor escola, que ensine melhor e que aprenda melhor sem a Formação Contínua a partir das escolas e das suas associações, a partir da vitalidade, dos entusiasmos e do empenhamento dos educadores e professores.

Muito obrigado.